

Transporte e questões relacionadas à segurança alimentar e à continuidade do tratamento. Em seguida, foi mencionado que o Ex-secretário Alexandre Chieppe instituiu o Conselho Estadual de Tuberculose. A seguir, comunicou que a equipe preparou uma breve apresentação sobre o projeto e a importância do financiamento fornecido pela Alerj para fortalecer as ações relacionadas à Tuberculose, ressaltou a relevância não apenas do investimento financeiro, mas também do investimento de energia, inteligência e capacidade de gestão. A seguir, foi mencionado que o gabinete da Secretária recebeu um questionamento do Conselho Estadual de Saúde sobre a duplicidade de representatividade do segmento social no conselho. A Deputada Martha Rocha fez uma observação sobre a ação da Ministra da Saúde na criação de um Comitê Interministerial e sugeriu que a Secretaria de Saúde reproduzisse esse modelo para todos os níveis, incluindo a Capital do Rio de Janeiro, devido aos altos índices de tuberculose na região e sugeriu a criação de um comitê Intermunicipal, só para isso. O Dr. Mário Sérgio informou que já havia conversado com a nova Secretária, Dra. Cláudia Mello, que lamentavelmente não pôde estar presente devido a uma agenda concorrente, mencionou a possibilidade de criar um comitê, conforme sugerido pelo Conselho Estadual de Saúde, que contaria com representantes das Secretarias de Estado, da sociedade civil e da academia. No entanto, ressaltou que essa ideia ainda está em uma fase inicial. A deputada Martha Rocha expressou sua curiosidade, uma vez que a decisão do Ex-secretário Alexandre Chieppe foi de 2022, e havia recebido informações de que a criação do conselho havia sido bem trabalhada internamente. Dr. Mário Sérgio esclareceu que a primeira reunião ocorreu em 2021, a partir de uma proposta do então presidente da Alerj, Deputado André Ceciliano, que abriu mão do recurso do 12º salário dos deputados para ser incorporado em ações relacionadas à Tuberculose, explicou que inicialmente falou-se em um valor de 100 milhões de reais, mas o Ex-deputado André Ceciliano deu liberdade para que fosse feita uma proposta que fosse viável e que contribuísse para melhorar o indicador da tuberculose no Rio de Janeiro, considerando a alta taxa de incidência de casos novos de tuberculose na região. Dr. Mário Sérgio prosseguiu relatando os desenvolvimentos do plano ao longo dos anos. Em março, o plano foi aprovado e apresentado na Alerj. A Secretária de Saúde convocou secretários e prefeitos, bem como representantes dos gestores de saúde dos municípios, a fim de obter comprometimento com a proposta do Estado. Houve deliberações que aprovaram os eixos apresentados na Alerj. O Dr. Mário Sérgio, continuou a sua apresentação, informando que a proposta para enfrentar a tuberculose foi apresentada aos deputados, com a aprovação da Deputada Martha Rocha, que na época era presidente da Comissão de Saúde da Alerj, e outros membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, inicialmente havia 9 eixos no plano, mas ao longo do tempo, eles foram reduzidos para 6 eixos que seriam apresentados durante a reunião. O acordo foi feito na CIB (Comissão Intergestores Bipartite), que é o fórum de pactuação das diretrizes das políticas de saúde no estado, envolvendo os 92 municípios. A ideia era que o investimento fosse abrangente e não apenas destinado a ações do estado, podendo ser utilizado nos municípios. Em 2022, a estratégia escolhida foi a assinatura de um termo de cooperação com a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), uma experiência inovadora, pois o estado nunca havia repassado recursos para a Opas anteriormente. A escolha do termo de cooperação visava acelerar os procedimentos administrativos, considerando que os métodos convencionais de aplicação de recursos eram morosos. O PTA (Plano de Trabalho) foi elaborado em abril de 2022, e a abertura oficial do projeto ocorreu em 16 de agosto do mesmo ano. O Dr. Mário Sérgio enfatizou que os procedimentos foram detalhados para dar clareza às ações, apresentou os indicadores de tuberculose no Estado do Rio de Janeiro, destacando a taxa de incidência que evoluiu de 71 em 2017 para 81 em 2022. Houve uma queda em 2020, explicada pela subnotificação de casos durante a pandemia de COVID-19, mas a situação piorou em comparação ao Brasil. Foram escolhidos municípios prioritários, abrangendo 86% dos casos do Estado, com foco na Região Metropolitana, Baixada, Capital, e outros Municípios devido à presença do sistema prisional. O objetivo geral era estabelecer um sistema de governança que articulasse a vigilância, atenção à saúde e apoio social no enfrentamento à Tuberculose no estado do Rio de Janeiro pelos próximos cinco anos. Foi destacado um recurso total de 246.000.000, distribuído ao longo dos anos de execução. O planejamento incluiu a utilização dos recursos desde setembro de 2022, e foram apresentados os valores planejados para os próximos anos. Logo após, o Dr. Mário Sérgio convidou Drª Regina para falar sobre os seis eixos do projeto. Com a palavra, a Dra. Regina agradeceu a oportunidade de apresentar os eixos do projeto de enfrentamento à Tuberculose e reconheceu que, às vezes, a estrutura do projeto pode dificultar a compreensão do mesmo, pois os eixos têm transversalidades entre si, destacou a importância de apresentar o projeto para garantir sua visibilidade, já que nem sempre é fácil dar visibilidade a essas ações, lembrou que o projeto começou como se estivessem trocando os pneus de um carro em movimento, e isso envolve diversas etapas e ajustes. Uma das etapas mais cruciais foi à revisão do plano de trabalho, que não foi realizada apenas pelo corpo técnico, mas também com base em oficinas de planejamento nos municípios, envolvendo ampla participação de técnicos locais. Seguindo, Dra. Regina explicou que o projeto tem seis eixos, e o primeiro é a descentralização das ações de Tuberculose para a atenção básica. Isso envolve diversas ações, incluindo a contratação de equipes multidisciplinares que trabalham tanto nos Municípios quanto no sistema prisional, realizando diagnósticos situacionais nos Municípios, identificando as realidades e necessidades locais e elaborando planos de intervenção, mencionou também a importância da articulação intersetorial com outros setores, como assistência social, habitação e justiça, para apoiar a continuidade dos pacientes em tratamento e evitar a interrupção do mesmo, o projeto também inclui ações relacionadas à população privada de liberdade, como o repasse de auxílio alimentação e a locação de uma unidade móvel com raio X e tecnologia de inteligência artificial para facilitar o diagnóstico. Em relação ao fortalecimento da vigilância epidemiológica, o projeto busca qualificar as informações, e a vigilância está sendo aprimorada em todos os municípios. Isso inclui a publicação de boletins epidemiológicos. A Dra. Regina destacou que as capacitações previstas foram realizadas, e as mobilizações, como o Dia Mundial de Enfrentamento à Tuberculose, também aconteceram. As reuniões bimestrais com os coordenadores do Programa de Controle da Tuberculose (PCT) foram realizadas. Finalmente, ela explicou que o projeto inclui a construção e o aperfeiçoamento de atividades integradas com comorbidades, aperfeiçoamento das equipes de controle de tuberculose e ampliação da rede laboratorial para diagnóstico. Ao final deu a palavra a Drª. Ana Lúcia Fontenelle. A Dra. Ana Lúcia Fontenelle, farmacêutica e bioquímica da Gerência Estadual, apresentou-se aos participantes, destacou a importância do Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels - LACEM no Estado e a necessidade de colaboração com os Municípios para fortalecer o diagnóstico laboratorial. A Dra. Ana Lúcia enfatizou a crescente terceirização de laboratórios e a alta rotatividade de profissionais na área, mencionou os desafios envolvidos na ampliação e descentralização do diagnóstico laboratorial, destacando a complexidade das cláusulas contratuais com municípios e os prazos para entrega de resultados, também ressaltou a importância de preparar os laboratórios para assumir suas funções no projeto. A Dra. Ana Lúcia informou sobre a aquisição de máquinas, com foco em testes rápidos moleculares, e como esses investimentos visam fortalecer o diagnóstico da tuberculose, destacou o desafio de manter e operar as máquinas doadas, uma vez que a responsabilidade contratual não era clara em alguns casos. A discussão continuou sobre o planejamento para atender a diferentes regiões, priorizando a qualidade das amostras e minimizando o transporte. Foi mencionada a contratação de motoboys para o transporte de amostras, além da ampliação das culturas, com a compra de cultura líquida (MGT). A Dra. Ana Lúcia também falou sobre a descentralização das culturas pelo método ogawa, visando simplificar os processos nos laboratórios. Ela ressaltou a importância da manutenção das máquinas e o aumento da equipe para visitas in loco, enfocando a importância de identificar e resolver variabilidades nas respostas dos municípios. Com a palavra, a Dra. Regina Zulin deu continuidade à apresentação, focando no eixo 6, que aborda o investimento em inovações tecno-

lógicas, mencionou três iniciativas em andamento. A primeira delas é uma pesquisa realizada pela UFRJ Macaé sobre a interrupção de tratamento. A pesquisa está na fase de aprovação no comitê da Opus e é de extrema importância para entender e reduzir as taxas de interrupção de tratamento. A Sra. Regina explicou que os motivos para interrupções podem ser tanto objetivos quanto subjetivos e relacionados à vulnerabilidade dos indivíduos e dos serviços de saúde. A segunda iniciativa envolve a avaliação do impacto do auxílio alimentação no tratamento. Este projeto prevê um grande investimento no vale alimentação, visando melhorar a adesão e minimizar efeitos adversos em pessoas empobrecidas. A pesquisa visa corroborar a importância desse investimento e entender como afeta o tratamento em nível estadual. A terceira iniciativa consiste em analisar o impacto efetivo do repasse do recurso do auxílio alimentação nos municípios. A pesquisa tem como objetivo determinar como o repasse afetará o tratamento nos locais beneficiados. Continuando, a Sra. Regina destacou que outras pesquisas estão sendo analisadas e implementadas, incluindo estudos epidemiológicos. Dr. Mário Sérgio deu prosseguimento à apresentação, destacando os investimentos realizados até o momento e as etapas em andamento, mencionou que, no ano de 2021, o investimento de 20.000.000 foi empenhado, visando garantir o acesso ao tratamento e evitar a interrupção do tratamento devido a questões sociais. Esse investimento foi direcionado principalmente para o auxílio alimentação, explicou que o valor inicialmente previsto era de 19.000.000, mas houve um acréscimo de 500.000 para a cidade de Volta Redonda. No entanto, após dois anos, apenas quatro dos 17 municípios prioritários conseguiram executar os investimentos. As dificuldades incluem falta de fornecedores e problemas na execução dos recursos. O segundo investimento, que envolve a compra via Opas, está em andamento, explicou que é uma etapa desafiadora devido à distribuição para 92 municípios. A terceira estratégia prevê investimentos na estruturação do ITA (Instituto de Tratamento da Tuberculose e Aids). Um procedimento foi iniciado em colaboração com a Secretaria de Infraestrutura. Até o momento, parte do recurso já foi aplicada, e a expectativa é utilizar o restante conforme os processos avanças. Seguindo, à Superintendente Denise compartilhou as considerações finais, destacando o cenário atual como inédito, com recursos financeiros e uma equipe técnica experiente e ampliada. Há ênfase na importância de soluções estruturais para combater a tuberculose e melhorar os resultados do tratamento. A Sra. Denise expressou seu privilégio em trabalhar com uma equipe séria, competente e comprometida. A importância da consultoria da Opas é enfatizada, pois permite lidar com a complexidade da gestão, que extrapola a competência do Estado. O planejamento estratégico, com um mapa estratégico e planejamento de trabalho anual. A gestão é conduzida com base no monitoramento semanal das atividades. Há reconhecimento das singularidades que perpetuam a tuberculose nos municípios, sejam de ordem técnica, fragilidade na estrutura dos programas, insuficiência nas equipes de trabalho ou questões político-institucionais. A Sra. Denise ressaltou a necessidade de políticas públicas para apoiar a ação técnica, com ênfase em amplo social, alimentação e transporte, os desafios da convergência de esforços entre órgãos públicos e o engajamento dos gestores locais, acrescentou a importância da gestão de recursos humanos e competências para a realização das ações. A cooperação intergovernamental é um desafio, uma vez que a política de vigilância determina as competências de cada esfera. A preocupação com a sustentabilidade das ações após a saída do projeto é mencionada, juntamente com outras preocupações, como saúde prisional, investigação de óbitos e regulação. A seguir, o Deputado Tande Vieira compartilhou sua experiência como ex-secretário de saúde em Resende, destacando os desafios enfrentados pelos municípios do interior, em particular, as dificuldades na realização de compras e licitações, citou um exemplo prático de uma licitação de bicicletas para agentes comunitários de saúde e a complexidade que envolveu a compra de bicicletas montadas, enfatizou a importância de utilizar a Opas para centralizar compras quando possível, facilitando os processos para municípios menores. Outro ponto levantado foi a necessidade de simplificar os procedimentos para testagem de tuberculose em municípios menores, pois, muitas vezes, as barreiras burocráticas dificultam o acesso aos testes. O Deputado ressaltou a importância da frente de trabalho em auxiliar a Secretaria de Saúde no acompanhamento e monitoramento da execução do plano, sugeriu uma abordagem detalhada por cada eixo do plano, convocando atores que ainda não estão aderindo totalmente. O engajamento dos municípios e secretários de saúde foi destacado como fundamental. O Senhor Deputado Tande Vieira, finalizou reforçando a importância da política nacional de atenção integral à saúde, mencionando sua implementação bem-sucedida em Resende. Por fim, enfatizou a necessidade de garantir que todas as unidades prisionais do estado tenham equipes funcionando adequadamente em relação à tuberculose. Com a palavra o Dr. Tiago Joffily, Promotor Titular da Segunda Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Saúde da Capital, expressou sua gratidão pelo convite e pela oportunidade de abordar a questão da tuberculose no sistema prisional, destacou a importância do tema e mencionou o desafio de abordá-lo devido à gravidade da situação, compartilhou dados alarmantes sobre a ocorrência da doença nas prisões, enfatizando que o sistema prisional contribui significativamente para o número total de casos no estado. A visita de Tiago Joffily ao Hospital Sanatório Penal revelou uma realidade preocupante, incluindo a falta de capacidade e recursos adequados para lidar com a tuberculose, destacou que o hospital não possuía equipamentos de diagnóstico eficazes e que muitos pacientes eram encaminhados para outras unidades de saúde, como a UPA, para receber atendimento. O Dr. Tiago Joffily discutiu a condenação do estado do Rio de Janeiro para aparelhar e equipar o Hospital Sanatório Penal, bem como as ações legais e recomendações que ele emitiu para garantir que as devidas medidas fossem tomadas, salientou a falta de consideração dessas condenações no planejamento do termo de cooperação. O Promotor também abordou a falta de clareza no termo de cooperação, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos disponíveis, no valor de R\$ 250 milhões em 5 anos. Tiago Joffily descreveu suas investigações, que incluíram visitas a unidades prisionais e a preocupante falta de funcionamento dos aparelhos de raio-x. O Promotor abordou a expansão da política nacional de assistência integral à pessoa privada de liberdade (PNAESP) e os desafios enfrentados, bem como a falta de detalhes sobre como os recursos seriam alocados no termo de cooperação. Em junho de 2023, o município do Rio de Janeiro comunicou a decisão de realizar um projeto piloto em duas unidades prisionais para fazer busca ativa de sintomáticos. O chefe do laboratório do Hospital Sanatório Penal expressou preocupações sobre a capacidade do laboratório em realizar esses exames. Em julho de 2023, o Ministério Público questionou a SES e a SEAP sobre os avanços das tratativas relacionadas à gestão do Hospital Sanatório Penal e a realização do projeto piloto. Foi mencionado que os investimentos e equipamentos para a saúde prisional não pareciam estar de acordo com as necessidades. Com a palavra, o Vereador Paulo Pinheiro agradeceu a presença de todos e parabenizou a Deputada Martha Rocha pela realização da audiência. O Vereador Paulo Pinheiro reconheceu o impacto significativo da participação do município na questão abordada, elogiou os técnicos e a Secretaria de Saúde pelo empenho demonstrado na apresentação. O vereador enfatizou o papel de fiscalização do Legislativo, observando que muitas vezes os legisladores têm uma perspectiva diferente daquela dos profissionais da área de saúde, ressaltou que as características dos superiores dos profissionais da saúde podem variar, o que, por vezes, dificulta o conhecimento do trabalho árduo desempenhado pelos profissionais de saúde, destacou a gravidade das questões abordadas, especialmente em relação a Bangu, e sugeriu uma cooperação mais estreita entre a esfera estadual e municipal, considerando a importância da atenção primária. O vereador levantou a necessidade de discutir a situação do Hospital Sanatório e os desafios financeiros que impedem a compra de cartões de alimentação, enfatizou que, embora o trabalho esteja em andamento, os resultados ainda não atingiram o nível desejado. O vereador destacou a relevância da participação da Comissão de Saúde da Câmara e da disponibilidade para convidar representantes da Secretaria Municipal de Saúde para esclarecer o funcionamento de diferentes aspectos, incluindo a atenção primária no sistema penitenciário. Por fim, o vereador se colocou à disposição para a participação

da cidade do Rio de Janeiro, dada a sua representatividade nas estatísticas de tuberculose, e enfatizou a importância de prestação de contas por parte dos órgãos responsáveis. Com a palavra, o Sr. Carlos Basília agradeceu a expressiva representatividade da audiência pública em pauta, destacou a importância do tema negligenciado, a tuberculose, e a presença ativa de diversas partes interessadas. Sr. Carlos Basília ressaltou a presença da sociedade civil, ativistas, lideranças comunitárias, profissionais de saúde, gestores, parlamentares e pessoas afetadas por tuberculose e HIV, demonstrando o amplo envolvimento do movimento social na discussão. Carlos Basília sugeriu que discussões semelhantes deveriam ser realizadas em relação a outras populações negligenciadas, como aquelas em territórios, favelas, periferias, pessoas em situação de rua e usuários de drogas, destacou a necessidade de inovação e colaboração para atingir os resultados desejados e a eliminação da tuberculose como problema de saúde pública até 2030, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Sr. Carlos Basília também mencionou a Lei Estadual nº 8746, de 9/03/2020, que instituiu a política estadual de controle e eliminação da tuberculose como um instrumento importante na luta contra a doença, ressaltou a existência de uma Frente Parlamentar Municipal de Tuberculose no município do Rio de Janeiro e a relevância das leis e estruturas existentes para apoiar os esforços de combate à tuberculose. A seguir, o Sr. Gleidson assumiu a palavra e cumprimentou os colegas da mesa e agradeceu a Deputada Martha Rocha e a ALERJ pela visibilidade política dada à tuberculose, destacou o compromisso do Brasil em acelerar o enfrentamento da tuberculose, mencionando os desdobramentos da reunião de alto nível ocorrida em Nova Iorque na semana anterior. Gleidson reconheceu a importância da priorização da tuberculose por esta casa, não apenas pela disponibilização de recursos, mas também pela criação de um ambiente para discussões construtivas, enfatizou a relevância do Estado do Rio de Janeiro no cenário epidemiológico do país e os desafios associados ao enfrentamento da tuberculose. Ele se disponibilizou a compartilhar as potencialidades da cooperação entre a Opas e o Estado, destacando a presença de Caroline Morgado, representante da Opas e consultora Nacional para o projeto no Estado. Sr. Gleidson expressou seu agradecimento e parabenizou a casa pela iniciativa de fortalecer as ações de combate à tuberculose no Estado. A Dra. Juliana Gomes, representando o Fórum de Tuberculose do Estado do Rio de Janeiro explicou que o Fórum é uma instância de ativismo e controle social em tuberculose, que atua no combate ao preconceito e busca dar visibilidade a essa doença. A Dra. Juliana agradeceu à Deputada Martha Rocha pela criação deste espaço na Frente Parlamentar, enfatizando a importância da discussão, explicou que a sociedade civil organizada tem trabalhado incansavelmente por vinte anos, realizando o controle social durante todo o ano. Além disso, mencionou a importância das lideranças comunitárias que fazem parte do Fórum, alcançando locais onde os serviços de saúde podem não chegar, destacou a importância de garantir que o investimento seja sustentável e leve a resultados significativos, questionou o compromisso da nova secretária e pediu esclarecimentos sobre o plano para a eliminação da tuberculose, considerando que o projeto tem apenas cinco anos e que ações sustentáveis precisam ser planejadas para o futuro. Com a palavra, Dr. Ézio Távora, coordenador de projeto de engajamento comunitário em pesquisa de tuberculose e coordenador de relações internacionais da rede brasileira de pesquisa, representando a Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose e o Presidente da rede, professor Ricardo Arseno, que se colocou à disposição. Dr. Ézio destacou a parceria com a Secretaria de Estado e a expectativa da carta de acordo com a Opas para a execução do trabalho, expressou seu orgulho como ativista e pessoa afetada pela tuberculose por estar presente naquele momento. Dr. Ézio enfatizou que o Rio de Janeiro tem sido pioneiro no movimento de tuberculose no Brasil e é o lugar onde respostas significativas estão sendo desenvolvidas, salientou a importância de aproveitar a oportunidade única que se apresenta, mencionando a falta de senso de urgência que caracteriza a tuberculose, em contraste com a AIDS, e citou as palavras de Betinho: "Quem tem tuberculose ou fome tem pressa." Ele expressou sua satisfação ao ouvir o promotor apresentar informações claras e substanciais, que podem subsidiar o legislativo e o judiciário a tomar ações para acelerar as ações propostas. Dr. Ézio reiterou a disponibilidade da Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose para ajudar em todos os momentos possíveis. Por fim, a Coordenadora Deputada Martha Rocha agradeceu a todas e todos, e lembrou que a próxima reunião será realizada no dia dez de outubro e ressaltou a importância do Ministério Público encaminhar amanhã as formulações para que sejam encaminhadas tanto para Casa civil e para o Sistema Penitenciário. Informo ainda, que o link <https://www.youtube.com/watch?v=BbsWMMhU2vc> contém a íntegra da Audiência Pública, e declarou encerrada a presente audiência.

Id: 2524881

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 7313/2023

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 25878/2023

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO O ATO E/MD/7280/2023.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023.
DEPUTADO RODRIGO BACELLAR, PRESIDENTE
DEPUTADO ROSENVERG REIS, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 7314/2023

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 21030/2023

R E S O L V E:

APOSENTAR, voluntariamente, a servidora **JACKELINE CORREA MARINS**, Especialista Legislativo, nível V, índice 2.500, matrícula 201.523-8, nos termos do art. 3º da Emenda à Constituição da República nº 47/05 c/c art. 2º, parágrafo único, da Emenda à Constituição Fluminense nº90/2021 e do Parecer da douta Procuradoria-Geral. Ficam os proventos mensais assim constituídos: a) 100% (cem por cento) do Vencimento-base da categoria funcional de Especialista Legislativo, Nível V, Índice 2500, nos termos da Resolução nº 590/1994, com o valor fixado pela Lei nº 9952/2023 ----- R\$ 17.532,41 (dezesete mil e quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos); b) Gratificação Adicional por Tempo de Serviço de 60% (sessenta por cento) assegurada pela Lei nº 1258/1987 (Lei de Triênios), c/c a Lei nº 1522/1989 e Lei nº 1608/1990 ----- R\$ 10.519,44 (Dez Mil e Quinhentos e Dezenove Reais e Quarenta e Quatro Centavos); c) 100% (cem por cento) do vencimento do símbolo CCDAL-1, Referente ao cargo em comissão de Consultor Especial para Assuntos Parlamentares, integrando seus proventos de acordo com a Lei nº 530/1982, alterado pelo art. 7º da Lei nº 1378/1988 e art. 71 da Resolução nº 590/1994, conforme processos números: 5751/1995 e 53/1997-----R\$12.436,79; d) Gratificação de Adicional de Qualificação, conforme a Lei estadual nº 5769/2010 e Ato N/MD/565/2011, conforme processo nº 15340/2017 ----- R\$252,43; TOTAL, SUJEITO AO TETO CONSTITUCIONAL VIGENTE DE R\$ 37.589,96 ----- R\$ 40.741,07.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023.

Deputados: RODRIGO BACELLAR, Presidente; BRAZÃO, 1º Vice-Presidente; TIA JU, 2º Vice-Presidente; ZEIDAN, 3º Vice-Presidente; CÉLIA JORDÃO, 4º Vice-Presidente; ROSENVERG REIS, 1º Secretário; PEDRO RICARDO, 2º Secretário; FRANCIANE MOTTA, 3ª Secretária; GIOVANI RATINHO, 4º Secretário; ÍNDIA ARMELAU, 1ª Vogal; DR. DEODALTO, 2º Vogal; VALDECY DA SAÚDE, 3ª Vogal; RENATO MIRANDA, 4ª Vogal.